

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal de Brasil Class.: 344
Data: 19/05/92 Pg.: 08

Borja quer que Polícia Federal entre em acordo com guajajaras

BRASÍLIA — O ministro da Justiça, Célio Borja, determinou ontem ao secretário de Polícia Federal, Romeu Tuma, e ao presidente da Funai, Sidney Possuelo, que encontrem uma solução pacífica para o conflito entre policiais federais e índios da tribo guajajara, no Maranhão. "A ordem é conversar", resumiu o ministro, que ontem mesmo enviou Tuma e Possuelo a São Luís. Antes de saber da decisão do ministro, o diretor-geral da Polícia Federal, delegado Amauri Galdino, havia autorizado o superintendente no Maranhão a enviar agentes à aldeia com objetivo de recolher armas, munições e carros que estão em posse dos índios.

Na sexta-feira, nove agentes da Polícia Federal invadiram a aldeia dos índios guajajaras, a 65 quilômetros da sede do município de Barra do Corda, no Maranhão, sob o pre-

texto de reprimir o plantio de maconha. Foram repelidos pelos índios e obrigados a se retirar do local sem suas armas, munição e carros.

Para o diretor-geral da Polícia Federal, "o território dos índios é área livre e, se está acontecendo um crime, a polícia deve agir". Galdino argumentou que a polícia não pretende reprimir o ato dos índios de fumar maconha, mas vai evitar a comercialização da droga.

Em conversa por telefone com o governador do Maranhão, Edison Lobão, o ministro Célio Borja foi informado, porém, que a situação estava um pouco mais calma na região. Lobão afastou imediatamente a hipótese de nova invasão da área indígena por homens da Polícia Federal. O caso está sendo acompanhado também pela Procuradoria da República do Maranhão.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) condenou em nota o que classificou de "invasão arbitrária" da aldeia guajajara. "A ação, feita sem nenhuma determinação judicial e sem o conhecimento da Funai, portanto, totalmente ilegal, configura-se como mais um ato de agressão e de desrespeito aos povos indígenas no Brasil", diz a nota.

Para o conselho, é estranho que a ação ocorra quando os guajajaras pressionam pela retirada de invasores da área indígena de Cana Brava, terra tradicionalmente ocupada por eles. Nesse contexto, prossegue a nota, "ações desse tipo funcionam como atitudes intimidatórias às lutas do povo guajajara contra a invasão de suas terras e jogam a opinião pública contra os índios sob falsas acusações de comercialização de entorpecentes".